

Plano Brady pode cortar 3% da dívida brasileira por ano

FLORA HOLZMAN

BRASÍLIA — Se for bem sucedido na negociação com o Fundo Monetário Internacional, o Brasil, seguindo as fórmulas do Plano Brady, poderá conseguir uma redução de aproximadamente 3% ao ano de sua dívida externa de US\$ 82 bilhões junto aos bancos comerciais. É a estimativa do Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral. É menos do que o País obteve no ano passado, com o programa de conversão em investimentos — aproximadamente 5% do total da dívida, ou US\$ 3 bilhões.

Não são números muito animadores, mas Amaral acredita que a fórmula do Secretário do Tesouro americano abrirá a perspectiva de ingresso de novos recursos, tais como os US\$ 4,5 bilhões oferecidos em abril pelo Governo japonês, para um período de três anos.

O Secretário considerou positivas as formulações apresentadas ontem pelo Presidente do Banco Mundial (Bird), Barber Conable, para a participação da instituição no programa de redução da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, assim como os limites estabelecidos, na última quarta-feira, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para as operações previstas no Plano Brady. As fórmulas apresentadas correspondem exatamente ao esperado, afirma Amaral, rebatendo a idéia de



Sérgio Amaral: queda significativa

que os programas, da maneira como foram delineados, seriam insuficientes para permitir um abatimento significativo do principal da dívida.

A primeira vista, os dois programas anunciados pelo Bird, bem como as regras estabelecidas pelo FMI, levam a crer que a magnitude da redução da dívida externa que poderá ser obtida através dessas instituições financeiras, com base no Plano Brady, não seria considerada suficiente para garantir o retorno do crescimento econômico, interromper a queda de investimentos e incentivar o financiamento privado voluntário.

O Secretário para Assuntos Internacionais recorda, entretanto, que a questão do percentual adequado de redução da dívida é muito relativa e depende, principalmente, de três fatores: o tamanho da dívida, o programa específico que for acertado com a instituição financeira (Bird ou FMI), e as demais operações de redução que o País fará com o apoio do Fundo.

No que diz respeito às exigências das instituições financeiras para a concessão de descontos substanciais por parte dos bancos, para que cada dólar colocado no programa de redução renda o mais possível, o Secretário recorda que os bancos credores terão, necessariamente, que se ajustar ao mercado. Se os títulos da dívida estiverem sendo cotados com descontos de aproximadamente 70%, como é o caso do Brasil, os bancos não poderão oferecer descontos de apenas 20%, como ocorreu ontem no reinício da negociação com o México.

Na véspera da chegada da missão do FMI, que deverá avaliar as metas macroeconômicas do Governo brasileiro, Amaral comentou que a mudança de critério para negociação do acordo — que agora leva em conta o déficit público primário (excluindo a dívida pública), ao invés do operacional — pode ser considerada como uma indicação positiva para o restabelecimento das relações com o Fundo.

Foto de Sérgio Moraes